

## CONJECTURAS INSTRUÍDAS E JUÍZOS FACTUAIS: UM ELEMENTO DA FUNDAMENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Valdir Melo**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Qualquer que seja a maneira como se veiculem propostas de políticas públicas, almeja-se que tenham conteúdo sólido, profundo e frutífero. Para tanto, elas devem ter embasamento em conhecimento produzido em pesquisa. Por sua vez, o método, as técnicas e os procedimentos são elementos cruciais que fornecem menor ou maior validade, legitimidade e aceitabilidade a este conhecimento. Onde se fazem imprescindíveis estudos e discussões metodológicas. Na ausência deles, muitas discordâncias substantivas misturam-se com discordâncias metodológicas que não se percebem como tal.

E, sobretudo, organizações de pesquisa precisam estar abertas à diversidade e à inovação de concepções, interpretações e métodos. Ora, abraçar as possibilidades de diferentes métodos e procedimentos, ou pelo menos examiná-las a sério, é um caminho para ampliar o leque de trabalhos. Abertura requer aceitação de diversidade nas maneiras de dar suporte empírico, evitando apego exclusivista a observações e a números, quer como origem de hipóteses (indutivismo), quer como apoio das explicações (empiricismo ingênuo). Significa dar-se importância à imaginação e à criatividade, colocando-as acima do 'método' – no sentido estrito de procedimentos a serem seguidos sempre, ou quase sempre, e de maneira estrita.

Os instrumentos conceituais para isso combinam aspectos de Karl Popper, Thomas Kuhn e Michael Polanyi. Vê-se o conhecimento científico desta maneira: não é baseado inteiramente em regras; em grande parte, é formado de conjecturas e palpites instruídos, os quais são propostos e aceitos assumindo-se consideráveis graus de risco de acertar ou errar. É uma teia incerta e falível, em que qualquer elo está sujeito a questionamento e dúvida. O que nela há de melhor, de mais ousado e criativo, de mais profundo e mais fecundo, não é verdade firme ou estabelecida; é verossimilhança.

Os elos conceituais dessa teia nem sempre se conectam por meio de lógica dedutiva, muitas vezes se fazendo por meio de lógica não demonstrativa. A primeira é capaz de fornecer tanto provas firmes quanto contraprovas firmes. A validade de uma inferência dedutiva

não é negada por ninguém que tenha aprendido lógica e que tenha verificado a correção dos passos na dedução. Porém, em lógica não demonstrativa ou lógica informal, há argumentos bons ou fortes, que dão certo apoio à conclusão, que a tornam razoável, mas sem fornecer certeza de que a conclusão é verdadeira.

Alguns elementos subjetivos entram em quase todos os argumentos, inferências e raciocínios. Primeiro, porque cada pessoa faz seu próprio julgamento da aceitabilidade ou confiabilidade de um argumento informal. E bases de aferição diferem de pessoa para pessoa, pois dependem do seu corpo de conhecimento de pano de fundo. Segundo, quando se considera que uma asserção é provavelmente verdadeira, alude-se a uma probabilidade subjetiva. Pois somente para uma minoria das asserções é que existem dados de probabilidade objetiva. Outra razão é que, por vezes, o conhecimento tácito de um pesquisador fornece-lhe informação que é relevante para fazer um julgamento. Em consequência, os julgamentos de quase todos os argumentos e raciocínios são pessoais.

Em ciência, ao lado de abundantes discordâncias, há concordâncias e acordos; mas não há verdades que sejam estabelecidas definitivamente por ocupantes de algum posto ou cargo de alguma organização científica. A ciência não tem Vaticano nem Kremlin, não tem papa nem secretário-geral de comitê central. Não a guiam nem inspiração sobrenatural nem a marcha da história.

SUMÁRIO EXECUTIVO